

-----**ATA NÚMERO 24/2019**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZANOVE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

-----Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia, João Pedro Mendonça Vieira e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, Dina Maria Gouveia Freitas Letra, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, da Confiança.-----

---Estiveram ainda presentes a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Sandra Patrícia Silva e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Sandra Machado e Sandra Góis.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a

leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, entregou a todos os Vereadores presentes o Relatório provisório de conclusões de auditoria da Prestação de Contas Consolidadas, da Câmara Municipal do Funchal, referente ao ano de dois mil e dezoito.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, e sobre o assunto discutido na passada semana, nomeadamente o procedimento de aquisição de bilhetes à Frente MarFunchal, disse que fora entregue um comprovativo de publicação no BaseGov, mas que, após consulta, verificou que o mesmo não se encontrava publicado, solicitando para o efeito, e no caso não ser difundido, lhe sejam fornecidos os documentos referentes a este processo.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que a Autarquia cumpriu com todos os procedimentos legais ao nível da contratação pública e enviara para o BaseGov o referido procedimento, não tendo, no entanto, como controlar a sua publicação, mas que iria aferir os motivos pelos quais ainda não se encontrava publicado.-----

-----Intervindo, novamente, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se, no âmbito deste procedimento, já foram efetuados pagamentos, ao que Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu afirmativamente, reforçando que a Câmara na sua ação tem

por norma pautar-se pelo cumprimento da lei.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora do PSD, Rubina Leal, disse que na Ata de três (3) de junho, no ponto um (1), Assunção de Funções, é referido que os requerimentos foram apreciados e votados o que não correspondia à verdade, pois apenas fora prestada informação e não tinham sido objeto de votação.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse que foram apresentados e apreciados os referidos documentos, tendo inclusivamente sido postos a votação, tendo essa Ata sido aprovada na semana passada, pelo que se tornava uma questão extemporânea.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou o procedimento e os valores relativos ao Funchal Jazz, referente ao corrente ano.-----

----- - Em relação a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Os procedimentos estão em conformidade. Desde 2014, que é lançado um concurso público para organização deste evento, cujas receitas revertem para o promotor, ao contrário do que era feito anteriormente, que era uma coorganização da Câmara e cujas receitas de bilheteira revertiam para a Autarquia. Com estes procedimentos, os valores de custos reduziram substancialmente o que não significou uma diminuição da qualidade do evento, bem pelo contrário”.-----

-----De seguida, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se a Câmara tinha conhecimento das receitas do Funchal Jazz, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu que não, sendo

este um risco do promotor do evento.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, alertou para o risco de queda eminente de um muro para a via pública, no Caminho do Poço Barral, número dez, ameaçando quer os peões quer a circulação automóvel.-----

----- - Relativamente a esta situação, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu que “normalmente é oficiado ao proprietário para a reposição do muro e quando não é dado cumprimento, a Câmara poderá agir por questões de segurança. Neste caso a intervenção foi no sentido de retirar as pedras de forma a evitar a sua queda para a via pública”.-----

-----O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, voltou a entregar aos Vereadores presentes, uma cópia do parecer jurídico, já facultado na semana anterior, sobre a “Criação de uma comissão de avaliação e acompanhamento para a operacionalização do procedimento de apoio extrajudicial às vítimas da tragédia do Monte”.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou acerca da constituição dos Gabinetes de Apoio à Presidência e Apoio à Vereação, nomeadamente se existiram alterações, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que houvera uma alteração de funções neste segundo Gabinete, com a entrada da Dr^a Sandra Góis, indicada pelo Vereador Rúben Abreu, mantendo-se os restantes.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, alertou para a existência de algumas pedras da calçada soltas, na Rua de São Pedro, solicitando que sejam tomadas medidas para retificar aquela

situação, devendo ser mantida a calçada original, bem como a possibilidade da colocação de lombas, como forma de redução da velocidade.-----

-----Continuando, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, solicitou informação sobre o número de pedidos, nos últimos dois anos, de licenciamentos habitacionais e comerciais e quantos já ultrapassaram os seis meses de espera.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou: “O novo software de Urbanismo que está sendo implementado irá fornecer estes dados mais pormenorizadamente, pois com o atual é difícil de contabilizar os processos, sendo necessário também ter em conta o tempo que é necessário de recolha para pareceres externos. No entanto, irá ser feita uma contabilização relativamente a estes pedidos e serão fornecidos os dados, logo que possível”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

---Durante a discussão do ponto seguinte estiveram presentes na sala, os administradores únicos das empresas municipais SocioHabitaFunchal e Frente MarFunchal, Dr. Nélson Abreu e Dr. Filipe Rebelo, respetivamente.-----

1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO 2018: - Em cumprimento do disposto no número dois do artigo setenta e seis, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de

setembro e do artigo um da Portaria número quatrocentos e setenta e quatro/dois mil e dez, de quinze de junho, que aprova a “Orientação genérica relativa à consolidação de contas do sector público administrativo”, foram presentes os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano dois mil e dezoito, os quais se dão aqui como reproduzidos, ficando, por fotocópia, arquivados em pasta própria.-----

---O Balanço Consolidado apresenta o valor de € 1.028.167.309 (mil e vinte e oito milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e nove euros) e um total de Fundos Próprios de € 856.889.615 (oitocentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quinze euros) e um Passivo Total no montante de € 171.277.694 (cento e setenta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro euros). A Demonstração dos Resultados Consolidados apresenta um resultado líquido do exercício de € 3.323.398 (três milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e oito euros).---

--- - Introduzindo este ponto, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, fez a seguinte explanação: “As empresas apresentaram resultados líquidos positivos, que desceu a sua dívida de 54,4 milhões para 36 milhões, um resultado excepcional e em linha com o que foi apresentado nas contas individuais, e que representa a menor dívida desde o ano de 2000. Em termos de certificação legal de contas, aquelas que foram as reservas colocadas às contas individuais mantêm-se para as contas consolidadas, nomeadamente, a questão da avaliação do imobilizado corpóreo e do domínio público que carecem de validação de

uma entidade externa. A outra reserva tem a ver com a informação prestada pelos advogados sobre a probabilidade de ganhar ou perder as ações que decorrem em judicial e dado existirem algumas ações a decorrer não foram obtidas todas as respostas necessárias daí existir alguma subjetividade nestes processos sobre o valor das provisões a serem aplicadas aos mesmos. Por fim, a última reserva, prende-se com as conciliações bancárias que no fecho de contas ficam sempre montantes ainda por reconciliar entre os recebimentos e a faturação. Existia uma quarta que, entretanto, foi retirada, relativa aos juros de mora, já que de 2014 a 2018 não existiram faturas em atraso. Existe a ênfase na questão da Frente Mar e dos seus capitais próprios se encontrarem negativos e que já está a ser objeto de uma avaliação. A SocioHabita mantém-se com capitais próprios positivos”.

--- - Usando da palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou qual o critério entre a Câmara e as duas empresas municipais e que seria importante questionar aos dois administradores o que destacariam na própria gestão e dos resultados das empresas relativas ao ano passado.

---Continuando, questionou o Dr. Néilson Abreu, em relação ao ano passado, como fora registado a indemnização ao colaborador, alvo de um conflito jurídico com a Câmara. Perguntou depois como comparava as receitas dos complexos balneares do ano passado, com o total das receitas do ano da empresa, e ao nível de custos e da gestão de recursos humanos quais os impactos nestes resultados. Questionou também quais as alterações desta gestão para as anteriores e como antevia o

futuro, dado que a empresa possuía poucos capitais próprios o que ameaçava a existência da própria empresa e quais as medidas a tomar para colmatar aquela situação.-----

---Continuando e relativamente à SocioHabita questionou sobre o facto de ter havido uma atualização das rendas, nomeadamente, qual o impacto total nas receitas da empresa e o grau de não pagamento destas mesmas rendas.-----

--- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu que “relativamente à Frente MarFunchal, ainda este ano já foi votada uma deliberação acerca dos resultados líquidos desta empresa e que não será alheio à alteração contratual da participação nas receitas dos parquímetros e essas preocupações já foram objeto de debate”.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, lembrou que “a questão das receitas, através da atualização das rendas, foi e é uma preocupação deste Executivo e quando o Dr. Filipe Rebelo assumiu estas funções, foi posta em prática as atualizações das rendas de todos os bairros da Câmara, iniciando uma nova ligação entre a gestão da empresa a todos os inquilinos e fazendo uma atualização para o que está previsto na lei, sendo que o impacto da atualização das rendas não tem como objetivo o lucro mas sim melhores condições para os inquilinos e uma melhor ligação entre os inquilinos e a gestão da empresa”.-----

---Dada a palavra, o administrador da SocioHabitaFunchal, Filipe Rebelo, referiu: “Tem sido levada a cabo uma atuação pedagógica sobre os inquilinos no que respeita à atualização das rendas. Alguns dos

bairros têm especificidades muito próprias e as atualizações de rendas têm sido efetuadas de acordo com a Lei, estando a ser realizado um grande investimento social em todos os bairros, nomeadamente ao nível dos centros comunitários. A atuação pedagógica tem vindo a ser reforçada de há cinco anos para cá e sido feito um esforço no sentido de que os inquilinos paguem as rendas, assim como o terão de fazer com o pagamento da água e eletricidade. Relativamente aos recibos de renda, dos 1328 recibos emitidos, cento e vinte agregados estão neste momento com acordos de dívida e 5% do total, não está a pagar. Neste momento, a gestão está a fazer o máximo possível de acordos para pagamento das dívidas, sensibilizando para esta questão de forma a poder serem dadas melhores condições de vida aos inquilinos”. -----

---Convidou ainda todos os Vereadores presentes a efetuarem uma deslocação aos bairros a fim de verificar o trabalho que tem vindo a ser feito e as melhorias implementadas.-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu a palavra ao administrador da empresa Frente MarFunchal, Nélson Abreu, para esclarecer que “relativamente à questão da indemnização, foi registado o valor despendido e o proveito no exercício e foi registado no ativo e no passivo os valores a receber e a pagar. Relativamente à questão do proveito, já foi explicado pelo Presidente o seu efeito nas contas da empresa. No que concerne aos recursos humanos, desde que assumidas estas funções, foram redistribuídas algumas funções aos colaboradores de forma a adequar os recursos. Em relação à gestão da empresa, em sintonia com o Executivo, esta tem pautado pelo controlo

de gestão, planeamento, segurança e qualidade no sentido de prestar as melhores condições possíveis aos utentes”.-----

--- - Intervindo ainda sobre esta questão o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, salientou o desempenho das empresas Frente MarFunchal e SocioHabitaFunchal, mas também de todos os seus colaboradores, que conseguiram dar resposta às dificuldades que surgiram ao longo do corrente ano, sublinhando o reforço da equipa de nadadores-salvadores, que passaram a ser contratados durante o ano inteiro, integrando os quadros de pessoal e representando encargos adicionais para a gestão das operações correntes da empresa municipal. Deixou um reconhecimento especial aos dois salvamentos fora da época balnear a banhistas da Ponta Gorda e da Praia Formosa, um motivo de orgulho, e que traduz a filosofia deste Executivo em dotar as empresas municipais de maior autonomia, sendo certo que estes encargos acabam por ter reflexos diretos na vida das pessoas.-----

--- - Tomando de novo a palavra, o administrador da Frente Mar, Nélson Abreu, reforçou o papel da formação que tem vindo a ser dado aos colaboradores daquela empresa, salientando que estes já tiveram formação para utilização de desfibrilhadores.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que o facto de existirem nadadores salvadores o ano inteiro era positivo, mas esperava que os recursos humanos fossem suficientes, porque a segurança só era possível quando existem recursos humanos consideráveis, fazendo também um elogio aos colaboradores da Sociohabita pelo trabalho efetuado com condições muito específicas e

particulares.-----

--- - Colocados à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com votos favorável da Confiança e abstenção do PSD e CDS/PP, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil de treze, de doze de setembro.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Remetemos a nossa posição final para a sessão de Assembleia Municipal”.-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** “O nosso sentido de voto justifica-se ao remeter posição final para a Assembleia Municipal”.-----

2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1ª Fase – Lote 1: ETAR do Funchal e Emissário Submarino” – Erros e Omissões reclamados pelo empreiteiro –**

Aprovação da Minuta do Contrato: - Perante o respetivo processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos complementares (erros e omissões) na empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1ª Fase - Lote 1: ETAR do Funchal e Emissário Submarino”, bem como a Minuta do Contrato.-----

--- - Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se esta obra se encontrava parada, ao que o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, respondeu que não e que os trabalhos prosseguiam.-----

3 – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS:-----

----- - **Concurso público de âmbito comunitário para o “Fornecimento de Combustíveis para o Município do Funchal durante 3 anos” – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato:**

- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar o “Fornecimento de combustíveis para o Município do Funchal durante 3 anos”, à Sociedade denominada “BP Portugal, Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.”, pelo valor de € 2.341.740,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e aprovar a respetiva Minuta do Contrato a celebrar com o adjudicatário.-----

4 – ISENÇÃO DE TAXAS/IMT: (O documento agendado sob o número 176, foi retirado).-----

5 – PESSOAL:-----

-----**5.1 – Processo de Inquérito:** - Foi unanimemente deliberado, converter em processo disciplinar, o Processo de Inquérito (nº 14/2019), relativo a uma publicação na rede social “facebook” - (Ocorrência da Madeira)”, da condução perigosa, na Via Rápida, de uma viatura camarária (autotanque) (informação da Divisão de Limpeza Urbana nº I-2018000023266).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de

Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 302/2019, publicada nos locais de estilo.